

O *Dia das Letras* no sistema literário galego. O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia*

Roberto López-Iglésias Samartim

O objectivo das minhas palavras é tentar explicar brevemente a função que o DIA DAS LETRAS GALEGAS desempenhou e desempenha no Sistema Literário da Galiza desde a sua institucionalização por parte da Real Academia Galega (RAG) em 17 de Maio de 1963, e como esta celebração cumpre um destacado papel no reconhecimento dumha autoridade da Academia nem sempre admitida pacificamente por vários dos grupos que também se postulam desde os anos sessenta como agentes normalizadores dum sistema cultural periférico como o galego.

* Este texto, redigido de acordo coas normas propostas pola Associação Galega da Língua (AGAL) para a escrita do galego, recolhe no básico a conferência que, sob o título O *DIA DAS LETRAS NO SISTEMA LITERÁRIO GALEGO*, foi pronunciada no dia 23 de Maio de 2003 no Museu Nogueira da Silva a convite da Biblioteca Pública de Braga e do Centro de Língua e Cultura Galegas da Universidade do Minho.

Para compreendermos alguma coisa do que significou e significa o Dia das Letras no Sistema Literário Galego, devemos recuar um século até a criação da RAG em 1905 pelos agentes do galeguismo liberal apoiados, principalmente no económico, polo enclave da emigração localizada na Habana; criação na qual jogáram um destacado papel figuras como Manuel Curros Enríquez ou Fontenla Leal. Permitam-me esta viagem para indicar que a criação da, na altura, Academia Gallega (Real desde o ano seguinte), significou para este galeguismo umha conquista definitiva e um ponto de chegada porque entendia que com este organismo encarregado de velar polo conhecimento da história, da literatura e da língua galegas, a Galiza contava já com um elemento institucional necessário para se homologar com outros sistemas normalizados próximos, nomeadamente co espanhol.

Mas a fundação da RAG significa sobretudo umha vitória (ainda que precária) dos partidários da criação dum sistema cultural autónomo na Galiza nucleados em volta da figura de Manuel Murguía, patriarca das letras galegas e home de Rosalia de Castro, na luta desenvolvida ao longo da segunda metade do século XIX para a institucionalização dos seus postulados em oposição aos agentes defensores dum sistema regionalizado e dependente do espanhol, agentes entre os quais ocupa um lugar de destaque a escritora Emília Pardo Bazán, que pretende controlar a nova instituição para afiançar a sua posição pessoal no sistema literário espanhol.

Porém, a Academia nasce fortemente debilitada nas suas aspirações galeguistas por causa da confrontação entre estes dous grupos. Dum lado, os agentes do galeguismo trabalham decididamente na criação de instituições próprias e na reabilitação da língua galega, considerada elemento distintivo fundamental e material chave e definidor dum sistema cultural autónomo e diferenciado do espanhol, e procuram em Portugal, entendido como *referente de reintegração*¹, o reforço necessário para a consecução dos seus fins. Doutro lado, os espanholistas tentam secundarizar o *proto-sistema* galeguista, convertê-lo num *subsistema* do espanhol, e utilizam materiais galegos temáticos ou lingüísticos para se posicionarem por via do exotismo no sistema hispano, oponhem-se frontalmente às tentativas de criação por parte dos primeiros dum *intersistema cultural* galego-luso-brasileiro e negam à língua da Galiza a condição de *norma sistémica*, isto é, de baliza delimitadora da pertença ao

sistema cultural galego em construção tal como pretendiam os galeguistas. Nesta situação, a fundação da Academia é o resultado dum pacto entre estes dous sectores, o do seu primeiro presidente Manuel Murguía e o da sua presidenta de honra, a condessa de Pardo Bazán, em cuja casa corunhesa está a sede da RAG desde 1979; umha RAG que cai na indigência mais absoluta (política, material e humana) já com anterioridade à morte do patriarca em 1923, e que nom terá apenas incidência na cena cultural da Galiza desde a sua criação até a celebração do primeiro Dia das Letras Galegas em 17 de Maio de 1963.

Co fim da Guerra Civil em 1939 acabam tamém os projectos regeneradores do galeguismo cultural e político da geração Nós, nucleada em volta de Afonso Daniel Rodríguez Castelao e de Alexandre Bóveda. Depois da Guerra, depois do assassinato ou do exílio dos agentes mais lúcidos e activos do galeguismo, a reivindicação da cultura galega traslada-se para o exterior (principalmente para Buenos Aires) e aqueles agentes que tinham ficado no interior vem-se obrigados a um silêncio que chegará até o ano de 1950 em que morre Castelao no exílio e o galeguismo do interior decide abandonar definitivamente a dificultosa linha da reivindicação política para se centrar na luta cultural. Com este fim, os agentes vindos do galeguismo do pré-guerra (Fernández del Riego e Ramón Piñeiro entre outros) criam a editorial Galaxia neste ano de 1950 com dous objectivos fundamentais: Por um lado, reforçarem um sistema precarizado por meio da publicação dos poetas clássicos da literatura galega (Rosalia, Curros, Pondal...) e da edição de ensaios sobre aqueles temas que *a priori* entendiam como conformadores do *ser galego* (a saudade, o humorismo...). Contodo, conscientes da necessidade de preencher os múltiples défices do sistema, os homes de Galaxia tamém acolhem novos produtores (sobretudo narradores) que, como Carlos Casares, na altura experimentam com novos repertórios na linha dos aplicados polos cultivadores do "nouveau roman" na França, para além daqueles outros repertórios mais tradicionais identificados co ruralismo e girando em volta do fenómeno da emigração, como os utilizados por Neira Vilas nas suas *Memorias dun neno labrego*.

Por outro lado, o outro objectivo fundamental dos galeguistas de Galaxia é recuperarem a memória do passado e retomarem o projecto do álbum Nós,

para o qual editam em 1951 a revista *Grial*. Pensada como uns cadernos monográficos de periodicidade trimestral para poder assi ultrapassar a proibición governamental de criar novas publicacións periódicas, *Grial* foi proibida pola oficialidade franquista um ano despois e nom pudo ser novamente editada, já como “Revista galega de cultura”, até o ano de 1963, chegando até a actualidade como referente

dunha cultura galega aberta, con vocación universal, non localista, no espírito da xeración Nós e do Seminario de Estudos Galegos. [...] Unha revista aberta, conectada co mundo, capaz por unha banda de relacionar entre si voces que daquela estaban dispersas e, ao mesmo tempo, de incorporar outras novas, novos creadores, a xeración que non fixera a guerra, sobre todo, e que, chegado o momento, había de tomar o relevo².

Fruito deste labor dinamizador de Galaxia, e dumha relativa abertura do regime franquista, nesse mesmo ano de 1963 a Real Academia Galega, presidida polo galeguista afim a Galaxia Sebastián Martínez-Risco y Macías, consegue a permissom governamental para comemorar no dia 17 de Maio o centenário da publicación de *Cantares Gallegos*, a obra com que Rosalia de Castro inicia o Ressurgimento galego decimonónico. Coa homenage a esta figura cimeira e centro canónico indiscutido do mundo referencial galeguista nasce o Dia das Letras Galegas, que a partir desse ano de 1963 estará dedicado a homenagear cada 17 de Maio as figuras que, segundo o critério da RAG, mais contribuírom para a normalizaçom cultural da Galiza – os anos inmediatamente posteriores fôrom dedicados a Daniel Castelao, Eduardo Pondal, Francisco Añón, Manuel Curros Enríquez...

Mas se bem a celebraçom do Dia das Letras Galegas conseguiu dar à RAG umha relativa presenza no panorama cultural da Galiza após 1963, nom foi suficiente para legitimar a instituiçom académica perante o novo nacionalismo galego de esquerda nascido a inícios dessa mesma década de sessenta. Este nacionalismo rupturista de esquerda cria as suas próprias plataformas culturais de base (desde editoras como Xistral até associaçoms culturais como O Galo ou O Facho), privilegia por meio dos produtores a elas ligados géneros como o teatro de intervençom inspirado em Bertolt Brecht e a poesia social-

-realista, como a praticada polo prolífico poeta e tamém dramaturgo Manuel Maria, denuncia a Longa Noite de Pedra com que desde Celso Emílio Ferreiro era identificado o franquismo, e enfrenta-se à Academia, acusada por este nacionalismo de formalista, folclorista e inoperante ao limitar os seus trabalhos à publicação simplesmente dum "Boletín", virado para a antropologia e maioritariamente em espanhol, e a organizar apenas actos protocolares de exaltação da figura homenageada cada 17 de Maio.

Assi as cousas, no ano de 1970 o *proto-sistema* literário galego assiste a um sucesso de orde institucional que contribuirá para acelerar as tomadas de posição dos vários agentes que na altura lutam polo controlo do centro do próprio sistema. Neste mesmo ano de 1970 em que o regime franquista promulga umha Ley General de Educación que abre a porta à inclusom das "lenguas nativas" (as diferentes do espanhol) no sistema de ensino obrigatório, a RAG promulga umhas Normas Ortográficas – coincidentes no básico coas utilizadas por Galaxia nas suas publicações – que recebem imediatamente a contestação do, na altura, Instituto de la Lengua Gallega (ILG) criado em 1971 na Universidade de Santiago de Compostela. Esta instituição universitária posiciona-se no campo científico-cultural do momento e impugna a autoridade da Academia em matéria de fixação normativa corrigindo num sentido mais popularizante e dependente do código do espanhol o modelo proposto pola RAG um ano antes, fazendo-o através da publicação em 1971 do seu método de aprendizagem *Gallego 1*, manual este que chega ao mercado editorial da Galiza co aval do capital simbólico fornecido pola Universidade num tempo em que saem do prelo numerosos materiais pedagógicos visando umha incorporação do galego ao sistema de ensino que nom chegará até 1982. O ILG soma-se assi desde o espaço universitário à contestação da autoridade da Academia que o nacionalismo de esquerdas exercia desde o campo político, um nacionalismo que negará durante anos a legitimidade da RAG tanto para elaborar a fixação normativa do galego como para designar a figura homenageada cada 17 de Maio.

Neste sentido, o momento de máxima contestação por este nacionalismo de esquerda da autoridade da Academia para designar a pessoa a quem dedicar o dia 17 de Maio produz-se na segunda metade da década de 70 co boicote

ao Dia das Letras: quando a Academia dedica o ano de 1975 a comemorar a obra do precursor Manuel Pintos, as associações culturais nacionalistas decidem homenagear ao 'poeta da raça', Ramón Cabanillas; no ano seguinte é Cabanillas o homenageado pola Academia, e essas mesmas associações agrupadas na frente cultural da Asemblea Nacional-Popular Galega (AN-PG) escolhem como motivo de reivindicação a normalização do idioma; e o mesmo vai acontecer no ano de 1977, por mais que a RAG faga outro chamamento à adesom desse nacionalismo universitário coa escolha dum dos pais do nacionalismo galego, Antón Villar Ponte, como objecto da sua homenagem institucional em 17 de Maio. O último capítulo deste questionamento directo da *auctoritas* académica para escolher a figura celebrada no Dias das Letras tem lugar em 1979, quando a RAG opta por homenagear ao poeta vanguardista Manuel Antonio e recebe a contestação na forma dum manifesto intitulado significativamente "Tirade as vosas suxas mans de Manuel Antonio"; mas já agora a oposição procede do provocador Colectivo Poético Rompente de Antón Reixa, Alfonso Pexegueiro, Manuel María Romón e Alberto Avendaño, um grupo periférico dentro desse nacionalismo de esquerda a que vimos fazendo referência.

Enfim, esta contestação directa à comemoração oficial do Dia das Letras Galegas pola RAG vai-se apagando aos poucos, e ao apoio oferecido à Academia desde a primeira hora por Galaxia – que edita algunha obra significativa ou antológica do produtor a quem se dedica a data – une-se desde 1970 a Cátedra de Lingüística e Literatura Galegas da Universidade de Santiago de Compostela (ocupada na altura polo home de Galaxia Ricardo Carvalho Calero) coa edición dalgum folheto sobre a figura celebrada; e tamém o nacionalismo cultural adere à celebração ao lado das instituições oficiais principalmente a partir da instauração do regime autonómico nos anos oitenta, promovendo nesse dia festivais, prémios literários, concursos, recitais, conferências... e toda a classe de actuações que visam o reforço do sistema em todos os seus elementos constituintes, nomeadamente na formação de públicos para a literatura galega por meio da posta no mercado editorial – na maioria dos casos co apoio das instituições autonómicas – de produtos relacionados coas figuras reivindicadas cada 17 de Maio: reeditando as suas obras e publicando numerosos monográficos críticos sobre essas mesmas figuras que se quer canonizar.

Contodo, conseguido o reconhecimento no tocante à escolha da figura a quem dedicar o Dia das Letras Galegas e o acompanhamento nas celebrações dum nacionalismo cada vez mais institucionalizado e interessado no mercado escolar e editorial, ainda ficava à Academia a consecução do acatamento da sua competência no referido ao outro dos grandes temas que apontamos acima: a fixação dum modelo normativo para o galego. Por sua parte o ILG, que ao longo dos anos setenta tinha discutido a autoridade da Academia neste ponto, unifica coa RAG a sua proposta normativa e ambas aprovam, em sessão conjunta de 3 de Julho de 1982, as *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, oficializadas polo governo da Galiza por meio do Decreto de Normativización da Lingua Galega em 20 de Abril do ano seguinte; fica assi estabelecido por decreto do poder político autonómico que à Academia e ao Instituto universitário corresponde, em parceria, o controlo sobre a codificação da língua estándar³. Por outro lado, em 15 de Junho desse ano de 1983 o Parlamento Galego, do qual foram expulsos três dos quatro representantes que na altura tinha o nacionalismo de esquerda, aprova por unanimidade a Lei de Normalización Lingüística hoje em vigor⁴. Na Disposición Adicional desta Lei afirma-se que

Nas cuestións relativas á normativa, actualización e uso correcto da lingua galega, estimarase como criterio de autoridade o establecido pola Real Academia Galega.

Esta normativa será revisada en función do proceso de normalización do uso do galego.

Fica assi estabelecida por Lei do poder autonómico a *auctoritas* da Academia em ausência da maioria do nacionalismo de esquerda; um nacionalismo que desde os anos oitenta foi agrupando-se, acumulando presença social e representação institucional, que em maior ou menor grau sempre defendeu (na linha do galeguismo histórico das figuras do Ressurgimento decimonónico e da geração Nós) a reintegração lingüística e cultural num *intersistema* galego-português como horizonte e garantia de soberania cultural⁵, e que até este ano de 2003 continuou a impugnar o direito da RAG a se fazer obedecer em questons relativas à fixação normativa (polo menos fora dos campos do ensino nom universitário e da Administração) e a demandar desde o âmbito sócio-cultural, político e científico um acordo geral sobre a língua que incluía

tamém a questom codicológica e, ao menos retoricamente, o respeito do direito à legítima discrepância que assiste aos agentes empenhados decididamente na Normalización Lingüística e Cultural da Galiza, entendida aqui como a consecução do monolingüismo social em galego.

Com efeito, até aqui fomos descrevendo o longo caminho percorrido por umha Real Academia Galega à qual o nacionalismo discutia a potestade (agora si) para decidir sobre duas questons fundamentais que afectam ao processo de normalización lingüística e cultural da Galiza: num primeiro momento a canonización dos seus agentes e repertórios através da celebraçom do Dias das Letras Galegas, e até este ano a fixaçom do modelo normativo do galego, no fundo a batalha simbólica da localizaçom cultural da Galiza; apontamos que no primeiro caso este caminho começou hai quarenta anos, em 1963, coa primeira celebraçom do Dia das Letras Galegas; que no segundo caso esta potestade foi delegada polo poder político da Junta da Galiza nos inícios do regime autonómico; e insinuamos que este caminho tem neste ano de 2003 um ponto de chegada fundamental, porque é justamente neste mesmo ano quando a prática totalidade do nacionalismo galego vai assinar simbolicamente a paz coa Academia e acatar o poder que a Lei de Normalización Lingüística reserva a esta instituiçom.

Para explicitar este último ponto devemos dizer antes de mais que a RAG deve a quem até o ano 2001 foi seu presidente, Dom Francisco Fernández del Riego, o labor determinante da abertura da instituiçom a muitos dos sectores culturalmente mais activos da sociedade galega; e que na sessom de despedida do velho galeguista como presidente da RAG em Novembro de 2001, o seu plenário rejeitou umha proposta no sentido de introducir algunhas mudanças na normativa oficial, proposta achegada polo ILG e os departamentos de língua galega das três universidades da Galiza e saída das conversas convocadas e moderadas pola Asociación Sócio-Pedagóxica Galega – valedora juntamente cos membros do Departamento de Língua Galega da Universidade da Corunha das posiçons lingüísticas dum nacionalismo que já representa a segunda força no Parlamento da Galiza. Por mais que várias das treze persoas que elaboráron o texto apresentado ao plenário da RAG fossem tamém membros da Academia, os motivos alegados para o rejeitamento da proposta fôrom de orde formal e de falta de protagonismo académico nas

conversas prévias, polo qual a partir desse momento foi oficialmente criada unha comisión coa participación de catro representantes da Academia, un por cada departamento universitario e outro polo ILG. Todo indica que neste ano de 2003 a RAG vai introducir nas *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego* algunhas das mudanzas rejeitadas em 2001⁶.

Por outro lado, o poeta e nacionalista de esquerda Manuel Maria antes citado, proposto como membro da Academia em 1968 (!), leu por fim no pasado mês de Abril o seu discurso de ingreso nesta institución. No Día das Letras Galegas deste ano 2003 a figura homenageada unanimemente por todos os sectores da cultura galega foi o poeta Antón Avilés de Taramancos, fundador da Asociación de Escritores en Língua Galega, da Mesa pola Normalización Lingüística, e militante e vereador responsable da área de cultura do seu concelho natal por esse nacionalismo que já agora se sente representado na Academia e obrigado polos seus ditados.

Notas

¹ Para este conceito de referente de reintegração, e outros que serán utilizados adiante como proto-sistema, subsistema, intersistema, norma sistémica ou referente de oposição, podem ver-se os trabalhos do professor e director do grupo de investigación Galabra (USC) Elias J. Torres Feijó, em especial "Norma lingüística e (inter-)sistema cultural: o caso galego", *Actas do Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera. I Encuentro de Lusitanistas Españoles* (ed. Juan M. Carrasco González, M.^a Jesús Fernández García e M.^a Luísa Tindade Madeira Leal), Cáceres, Universidad de Extremadura, 2000, Tomo II, p. 967-996.

² Víctor F. Freixanes, "Conversas con Francisco Fernández del Riego e Xaime Isla Couto. Corenta anos de GRIAL", *Grial* 157, XLI (Vigo, Galaxia, Jan.-Mar. 2003) p. 51.

³ Estas dúas instancias «poderán, *previo acordo conxunto*, elevar á XG [Junta da Galiza] cantas melloras estimen convenientes incorporar ás normas básicas» (DOG 20/4/83; itálicos nossos).

⁴ «A unanimidade abranxerá a AP [direita, estatal] -grupo de goberno-, UCD [(centro) direita, estatal], PSOE [(centro) esquerda, estatal], PCG [comunista, estatal] e EG [esquerda, nacionalista], xa que os tres deputados da coaligación Bloque Nacional-Popular Galego/Partido Socialista Galego [esquerda, nacionalista] foran expulsados en Novembro do ano anterior, ao aplicar-se-lles de forma ilegal e non prevista regulamentariamente a obriga de xurar acatamento á Constitución» (M.^a Pilar García Negro, *O galego e as leis. Aproximación sociolingüística*, Vila-Boa, Edicións do Cumio, 1991, p. 301).

⁵ Soberanía cultural só posíbel coa aplicación de materiais identitarios, suficientes, diferentes e concorrentes com respeito ao seu *referente de oposición*; eis a verdadeira questom que envolve as polémicas sobre codificación lingüística, a idoneidade dos materiais propostos para a consecución da (desejada?) normalización cultural; tal e como afirma o professor Elias J. Torres Feijó (*op. cit.*, p. 970): «Na medida em que os materiais com que é (re-)construído esse sistema sejam mais ou menos suficientes e diferenciais a respeito do RO [Referente de Oposición], e em dependência do grau de competitividade em relación a esse mesmo referente, o grupo que pretende emancipar-se terá maior ou menor éxito, disporá de instrumentos que lle permitam a emancipación cultural e o exercicio da sua soberanía ou, polo contrário, será conduzido à regionalización, à dialectalización (nom apenas lingüística, cultural sobretudo) ou mesmo à diluição dentro do espaço cultural que pretensamente quería ser impugnado».

⁶ A Academia aprovou por maioría em sessão celebrada no día 12 de Julho de 2003 a reforma do texto das *Normas ortográficas e morfolóxicas do Idioma galego*. As mudanças introduzidas correspondem-se no básico coas propostas em 2001, ainda que rebaixadas nalgum ponto concreto.

En 1962, os integrantes da Real Academia Galega pensaron que era bo dedicarlle un día cada ano a un escritor galego para honrarlle e todos aqueles que traballaron e traballan para conseguir a fala e facer que esta siga viva e plena. Escolléron a data do 17 de maio por ser a que figura no Libro Grande Colloquio de Rosalía de Castro. Respostas dedicadaslle a Rosalía de Castro, ó seu espírito foi Caballero... e así, un a un, foron desfilando

unha das nosas maiores escritoras de todos os tempos. Escritoras que van desde a época medieval, como Alfonso X ata os poetas da rúa de Vigo, ata os máis recentes, como o que festo o noso ano 2003, Antón Avilés de Taramancos, que escribiu hai pouco, en 1992.

OS DÍAS DAS LETRAS GALEGAS

O DÍA DAS LETRAS GALEGAS FOI DEDICADO A...

	Rosalía de Castro Santiago, 1837 - Pontevedra, 1907 Carfago Galego, Fado Novo
	Castelao Pontevedra, 1886 - San Sadra, 1959 Sempres en Galiza, Os libros do sangue
	Eduardo Pondal Pontevedra, 1858 - A Coruña, 1917 Quarntos dos pinos, Os Días
	Francisco Añón Sara deriba, 1910 - Santiago, 1979 Poesías Galegas
	Manuel Curros Enriquez Ourense, 1851 - A Ribadella, 1920 Aires do meu terra, O último castelo
	Florentino A. López Cuevillas Ourense, 1886 - 1958 Poesías galegas
	Antonio Noriega Varela Santiago, 1880 - Ourense, 1947 Do arino
	Marcial Valladares Núñez Ourense, 1821 - 1920 Mestre do arino espino
	Gonzalo López Abente Sala, 1875 - 1950 Nemancos, O novo fangar
	Valentín Lamas Carvajal Ourense, 1846 - 1939 Saavedra galego, O catolismo do arino
	Manuel Lago González Sala, 1860 - Santiago de Compostela, 1925 «O devandado e a cañonización» - poemas
	Xoán Vicente Viqueira Santiago, 1889 - A Coruña, 1934 Emoción e poesía
	Xoán Manuel Pintos Pontevedra, 1911 - Vigo, 1976 A gata galega

	Ramón Cabanillas Cartago, 1871 - 1940 Do terra asocorrido, O Mariscal
	Antón Vilar Ponte Viana, 1881 - A Coruña, 1928 Pensamento e comentario, Escritos de Antón Vilar Ponte
	Antonio López Ferreiro Santiago de Compostela, 1827 - maio 1910 O castro de Parnós, A facedura de demoral
	Manoel Antonio Pontevedra, 1882 - 1920 De castro a castro
	Afonso X O Sabio Viana, 1221 - Santa, 1284 Cartago de Santa Marta
	Vicente Risco Ourense, 1884 - 1960 O porco de pé, Bordo do nacionalismo galego
	Luis Amado Carballo Pontevedra, 1881 - 1927 Fras, O galego
	Manuel Loiras Pulpeiro Santiago, 1884 - 1912 Cartago galego
	Armando Cotarelo Valedor Vigo (S. O.), 1879 - Santiago, 1950 Música, Ourense
	Antón Losada Diéguez Santiago, 1884 - Pontevedra, 1929 «A signifiación profunda do galeguismo» - artigos
	Aquilino Iglesia Alvariño Sala, 1858 - Santiago de Compostela, 1937 Santiago, Ourense verdes
	Francisca Herrera Garrido A Coruña, 1889 - 1950 Névoas, Amizade de estudar
	Ramón Otero Pedrayo Ourense, 1888 - 1976 Os cantos do vento, Amador de si
	Celso Emilio Ferreiro Ourense, 1912 - Vigo, 1979 O saño castigado, Longa noite do pasado

	Luis Pimentel Lugo, 1888 - 1958 Tríaxos, Sombra do ano no terra
	Avaro Cunquero Santiago, 1911 - Santiago de Compostela, 1991 Marín e Parada, Cartago nova que se o terra nobre
	Fermin Bouza Brel Pontevedra, 1902 - Santiago de Compostela, 1979 Non sanfara, Sufara
	Eduardo Blanco Amor Santiago, 1907 - Vigo, 1979 A economía, Os brochantes
	Luis Seoane San Sadra, 1916 - A Coruña, 1979 Farda do arido, Ar coradidos
	Rafael Dieste Pontevedra, 1900 - Santiago de Compostela, 1987 Dous angulos do mundo, A terra e a vida
	Xesús Ferro Couselo Vigo, 1908 - Ourense, 1971 A vida e a fala dos devandidos
	Anxel Fole Lugo, 1928 - 1989 A luz do castro, Terra de galego
	Martín Códax, Meendidio e John de Cangas Lugo, 1919 - Pontevedra, 1988 Cartago de amigo
	Roberto Blanco Torres Coruña, 1881 - Betanzos, 1928 Ordeño do medio nobre
	Manuel Murguía Ourense, 1851 - A Coruña, 1920 El regionalismo galego, Historia de Galicia
	Eladio Rodríguez Sala, 1884 - A Coruña, 1948 Ourense campesino, O catolismo encapricado galego-castelano
	Frei Martín Sarmiento Santiago, 1888 - Santiago, 1973 Cartago dos 24 galegos escritores

LETRAS GALEGAS 2003
Antón Avilés de Taramancos


